

## Apresentação

*Presentation*

*Presentación*

Quando se abre uma chamada para artigos de um dossiê temático, em uma revista, há diversas formas de proceder em relação aos textos encaminhados por autores. Entre as alternativas, uma é a de – além da correção, do ineditismo, da amplitude de pesquisa etc. – verificar em que medida o conteúdo coincide, ou, ao menos, se aproxima da concepção que o editor da revista ou o organizador do dossiê tem sobre o tema proposto. Outra é a de – mais uma vez atendidas as exigências de qualidade como tais – publicar um leque de contribuições que, na opinião dos autores, correspondem ao tema proposto para o dossiê. Neste caso, ele reflete as concepções – eventualmente bastante diversificadas, até muito divergentes – sobre o tema entre os estudiosos que atenderam ao chamado. No primeiro caso, estamos diante de uma concepção mais “dogmática”, enquanto no segundo caso prevalece uma prática acadêmica mais “liberal”, pluralista. E foi esta última que aqui se adotou.

Estamos vivendo no Brasil e em alguns outros países da Ibero-América uma polarização política, na qual o mundo, muitas vezes, é apresentado como dividido em duas facções antagônicas, até mutuamente excludentes, entre o bem e o mal, entre direita e esquerda, entre elite e povo, entre interesse nacional e submissão ao imperialismo, e assim por diante. Óbvio, isso não é novidade. Para o caso do Brasil, basta lançar um olhar para os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, quando havia uma tendência a classificar pessoas, grupos, partidos, formas de pensar, de maneira mais ou menos maniqueísta, como “nacionalistas” ou “entreguistas”. Naquele momento, no entanto, o panorama internacional esteve marcado pelo confronto acirrado entre “leste” e “oeste”, enquanto agora estamos vivendo numa situação em que a “queda do muro” já completou um quarto de século, com alguns outros problemas e algumas outras tensões no horizonte

global, e ouvimos falar muito do “fim das ideologias”, que marcaram o confronto de então.

Mesmo assim, alguns conceitos continuam carregados com tamanho viés “ideológico” que é bom cuidar para não ser enquadrado em alguns deles. Um exemplo bem concreto é o conceito de “liberal”, sobretudo em sua forma atualizada para “neoliberal”. Hoje em dia, esta é uma classificação que, em alguns ambientes, possui conotação totalmente negativa – até abjeta. No entanto, numa análise mais fria, “isenta”, somos obrigados a reconhecer que sem o “liberalismo” – do qual o adjetivo deriva – muitas das pessoas que hoje o condenam com tanta veemência não poderiam estar dizendo aquilo que dizem. Convém destacar que ele, nas suas origens, está ligado à “tolerância”, quando a multiplicidade de confissões religiosas decorrentes das reformas protestantes do século XVI, na Europa, levou a tentativas de estabelecer uma base mínima de convivência civilizada, com o reconhecimento do direito à diversidade, a partir do século XVII, e, mesmo com uma eventual condenação às religiões, pelo Iluminismo, no século XVIII. Muitas das pessoas que dizem abominar o “liberalismo” fazem uso inflacionário do termo “liberdade” – aparentemente sem se dar conta de que esta é inseparável daquele, ao menos lá nas suas origens.

Esses fatos sugerem que o mínimo que intelectuais responsáveis devem fazer é definir com clareza se abominam o “liberalismo” em si, ou apenas algum aspecto, alguma tendência ou algum derivado dele. Este é um exemplo típico da necessidade de reavivar a memória em torno de outros conceitos – e é isso que se teve em mente ao propor um debate sobre um conceito intimamente vinculado ao anterior, ainda que contraposto, o de “conservadorismo” político. E isso não num âmbito abstrato, teórico, mas, sim, dentro do contexto concreto do mundo político ibérico e ibero-americano.

Dentre os artigos encaminhados para este dossiê, estão oito textos submetidos a pareceristas, e aprovados pelo Conselho Editorial da revista. Consciente dos riscos que sempre se corre ao tentar resumir ideias ou afirmações de outrem, a intenção, aqui, é a de dar ao menos uma ideia daquilo que os diversos autores apresentaram sob a rubrica de “pensamento e práticas políticas conservadoras”, no século XX. Os resumos também pretendem evidenciar semelhanças e/ou diferenças entre os diversos casos abordados.

O primeiro dos artigos de nosso dossiê, de Olga Echeverría, trata de intelectuais de direita frente à nação e ao popular, na Argentina das primeiras décadas do século XX. Diante da suposta ou efetiva ampliação do eleitorado, e da conseqüente ascensão de novas forças políticas, intelectuais

representativos de uma direita autoritária e antidemocrática reagiram, através da construção de um inimigo comum à nação, que se propuseram a combater. Nesse contexto, atribuíram papel importante às forças armadas, e colocaram sob suspeita a democracia liberal, que estaria viabilizando o suposto ou efetivo avanço de forças plebeias. Heterogêneos entre si, sem uma organização formal que os congregasse, marcaram presença nos 15 anos que antecederam o golpe de 1930, o qual resultou na ascensão de José Félix Uriburu à presidência da Argentina. Apesar de presentes no panorama argentino durante muitos anos, não tiveram muita influência no cotidiano da evolução política do país, mostrando-se sua influência antes difusa – aliás, em consonância com as posições que defendiam, isto é, que deveriam agir fora e acima da política. Esse fato também explicaria, ao menos em parte, suas próprias concepções, em especial naquilo que diz respeito aos temas nação e nacionalismo. Não pensaram o nacionalismo como um programa socioeconômico nem de inserção do país no contexto internacional, mas sim como um elemento emocional, patriotismo, no qual se discutiam coisas como a língua e a religião que deveriam caracterizar a nação argentina – quanto à religião, obviamente, a ênfase recaiu sobre o catolicismo. Em resumo, tratou-se muito mais de uma tentativa de mobilização intelectual que de uma atuação propriamente política, dentro das estruturas institucionais do Estado argentino.

No artigo de Ernesto Bohoslavsky sobre organizações e práticas anticomunistas na Argentina e no Brasil, há um deslocamento cronológico, especificamente para o período de 1945 a 1966, um dos momentos mais marcantes da guerra-fria, em nível internacional. Além disso, no momento anterior – analisado no artigo precedente –, o comunismo como elemento a combater não estava tão claramente definido e nominado quanto agora. Mesmo assim, há semelhanças, pois o autor destaca que o anticomunismo que aparece em sua análise não é necessariamente aquele propagado e praticado por partidos e instituições representativas de determinadas classes sociais, de grupos profissionais ou doutrinários, como partidos de direita, forças armadas ou igrejas. O anticomunismo de que se trata aqui são manifestações e ações de longo prazo que perpassam o tecido social, numa tentativa de conter o propalado desmoronamento de um mundo ordenado. Segundo o autor, esse processo sofreu uma intensificação a partir da revolução cubana, em 1959. Apesar de haver muitas semelhanças nos dois países, há também diferenças, caracterizadas, por exemplo, pela maciça presença feminina no Brasil, por um lado, e de um moralismo católico bem mais marcante na Argentina, por outro lado.

O tema apresentado por Élio Catalício Serpa e José Adilçom Campigoto, em seu artigo “Portugal no Brasil: ‘topografia’ da embaixada universitária de Coimbra”, se distingue dos anteriores, na medida em que nos dois primeiros textos foram abordados um pensamento e uma ação mais difusos, mais diletantes, mais “jornalísticos”, em princípio, não institucionalizados, enquanto aqui entra em jogo ninguém menos que uma das mais antigas universidades do planeta, e seu reitor, a serviço explícito do governo autoritário de António de Oliveira Salazar. Presença assídua no pensamento e na prática de regimes autoritários, o nacionalismo também foi parte importante no Estado Novo português. Só que ele apresentou algumas peculiaridades. Uma delas foi a preocupação com a defesa da política colonialista portuguesa na África, a qual, por sua vez, se estribava na elaboração de uma ideologia sobre a qualificação especial dos portugueses para colonizar diferentes regiões do mundo. E como país territorialmente mais marcante dessa ação colonizadora era apresentado o Brasil, considerado uma das maiores evidências das boas qualidades desse “mundo que o português criou”. E a visita de uma missão estudantil da Universidade de Coimbra, em 1951, acompanhada de seu reitor, visava a capitalizar dividendos para essa concepção. Interessante, neste caso, é que nem sempre os fatos se adaptaram às boas ou más intenções dos seus idealizadores, de forma que – apesar de alguns dividendos – essa empreitada também registrou alguns constrangimentos: o Brasil real visitado pelo grupo apresentava mazelas que não correspondiam àquilo que se idealizava para o “mundo português”, os próprios brasileiros (artistas, por exemplo) poderiam ter concepções diferentes sobre o impacto lusitano no país, em determinadas regiões as marcas portuguesas poderiam estar obscurecidas pela presença de pessoas e instituições originárias de outras tradições colonizadoras, e até algumas das solenidades acabaram ocorrendo não em ambientes de tradição portuguesa, mas de tradição espanhola.

Se o texto anterior tematiza o nacionalismo português, em sua forma peculiar de “mundo português”, durante o regime salazarista – portanto posterior à década de 1930 –, Ana Isabel Sardinha Desvignes, em “Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha” analisa o pensamento de um político e intelectual português que faleceu – muito jovem –, em 1925, e tentou pensar uma latinidade peculiar, centrada em Espanha, Portugal e Brasil. António Maria de Souza Sardinha foi um dos expoentes do integralismo lusitano, um exemplo típico do pensamento contrarrevolucionário, monarquista, daquele momento histórico. Segundo ele, a calamidade que assolava o mundo de seu tempo iniciou com as reformas religiosas protestantes, do

século XVI, alcançando, porém, seu ápice com a Revolução Francesa. Sob essa perspectiva, sua proposta de uma latinidade salvífica se restringiu à Península Ibérica, excluindo a França, e mesmo a Itália, incluindo, porém, áreas ainda não totalmente contaminadas, originárias de colonização ibérica. A história comum e o catolicismo teriam dado origem a uma unidade espiritual aos povos ibéricos, cujas tradições medievais – como as corporações – caberia recuperar. E o Brasil apresentaria um aliado potencial muito importante na construção de um bloco capaz de salvar o Ocidente de sua decadência, pois resultado da capacidade de colonização universal dos ibéricos. Apesar de já republicano, naquele momento, o país se caracterizava por um passado monarquista, o qual lhe teria conferido estabilidade, e guardava profundos vínculos históricos com Portugal – até apresentava a vantagem de ter assimilado a população indígena, que em outros lugares (com nos EUA) teria sido massacrada.

Além de *commodities*, o Brasil tem exportado, nas últimas décadas, instituições religiosas, aqui criadas. Gisele Zanotto, em “‘*Ver, juzgar y actuar*’: um manifesto em prol da ‘Argentina Católica Conservadora’ (1971)”, apresenta um antecedente muito conhecido representado por uma instituição que, na mesma época, também registrou intensa atividade de rua no Brasil – a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, mais conhecida pela sigla TFP. Criada aqui em 1960, lançou seus tentáculos para vários outros países, entre eles a Argentina, onde se instalou em 1967. Avaliando que a política argentina estava tomando um rumo esquerdizante, na virada da década de 1960 para a de 1970, a TFP local desencadeou intensa campanha anticomunista, destacando que a destruição do tradicional mundo cristão iniciou com as reformas protestantes, que depois desembocaram no Iluminismo e na Revolução Francesa. Para contrapor-se a essa decomposição, mais recentemente aprofundada com a expansão do comunismo, seria necessário implantar governos fortes, dispensando os governos liberal-democráticos, condescendentes com a infiltração sub-reptícia de fatores deletérios na sociedade, revigorando a tradição católica, combatendo, para isso, as perigosas tendências progressistas dentro da própria Igreja Católica. Quem viveu como adulto no Brasil daquele tempo, lembrará da intensa campanha contra o presidente Eduardo Frei, acusado de “Kerensky chileno”. No artigo, a autora mostra uma campanha semelhante contra o então presidente argentino Alejandro Lanusse.

Por caminhos aparentemente tortuosos, Ágnes Judit Szilágyi estabelece uma relação entre a Hungria comunista e o Brasil dos anos 1950/1960, em seu artigo “A Revolução Húngara de 1956 e a argumentação anticomunista no discurso público no Brasil no tempo da formação da Política Externa

Independente”. Como se sabe, o levante húngaro de 1956 foi uma das várias tentativas de rebelião contra a dominação soviética, em países do leste europeu, durante a guerra-fria. Aquilo que a autora faz no seu texto é apresentar uma das mais destacadas figuras de um anticomunismo ferrenho, no Brasil, o almirante Carlos Pena Boto, que criou, em 1952, a Cruzada Brasileira Anticomunista. Como se sabe, a concepção e a prática de uma “política externa independente” tinham como um dos principais objetivos justamente o reatamento de relações diplomáticas com o “bloco soviético”, rompidas no final da década de 1940. Nesse sentido, o levante popular húngaro serviu de argumento para o almirante tentar mostrar o caráter opressivo do regime comunista, contra o qual povos por ele atingidos se rebelavam, e denunciar a propalada “política externa independente” como um processo de infiltração comunista no país.

Localizado cronologicamente no mesmo período, Magdalena Broquetas estudou o processo de cristalização de uma violência praticada por grupos de direita, no Uruguai. O texto se intitula “Entre la reacción y la restauración. Derechas y violencia en Uruguay en los inicios de la crisis de la década de 1960”. A autora se debruçou sobre as reações ao processo de mobilização da sociedade uruguaia, no período, destacando que, como em outros países, havia dois grupos que tentaram frear esse processo: partidos, instituições e grupos relativamente moderados, por um lado, e grupos expressamente contrarrevolucionários, de extrema direita, por outro. Entre estes últimos, constata-se um nacionalismo muito forte, que combatia a ordem liberal-democrática, e o próprio capitalismo, alguns integrantes formaram esquadrões que recorriam à violência não institucionalizada, quando consideravam que a expansão dos órgãos de repressão do aparelho de Estado não era suficiente. Aliaram-se à política anticomunista dos Estados Unidos, e apresentaram como característica adicional um forte componente antisemita.

O dossiê termina com um artigo de Marly Vianna sobre “Hierarquia e Estudos e Conferências – a direita em revista”, ao analisar dois periódicos editados com chancela oficial do governo brasileiro – sob Getúlio Vargas –, respectivamente, no início das décadas de 1930 e de 1940. A autora mostra que, além da louvação ao presidente da República, ambas as publicações combateram o comunismo, fizeram referências benevolentes aos sucessos do fascismo, na Europa, pregaram a necessidade de um Estado forte, criticaram o federalismo. Aquilo que chama atenção na análise dessas fontes é certa insegurança na tomada de posição de boa parte dos intelectuais brasileiros diante da realidade nacional, nas duas décadas localizadas entre as guerras mundiais – fato que talvez explique a sobrevivência de intensa polêmica

entre os historiadores atuais a respeito do Estado Novo brasileiro –, um regime que, no mínimo, apresentou “afinidades eletivas” com aquilo que os integrantes das citadas revistas propunham. Verificando os nomes dos intelectuais que exerceram algum papel nas duas revistas, constata-se que alguns deles, já naquela época, defendiam posições críticas em relação ao *status quo*, com propostas inovadoras (a autora cita como exemplos Anísio Teixeira e Cândido Portinari). Isso sugere que aquele período se caracterizou por certa “confusão mental” entre uma parte de nossa elite pensante, que, por um lado, tinha consciência das mudanças pelas quais o mundo e o país estavam passando, mas, por outro lado, ainda não conseguira desenvolver alternativas claras e coerentes frente às transformações em curso. No Brasil, conhecemos várias figuras que militaram neste campo de pensamento e ação, para, mais tarde, “trocarem de lado”.

Uma resenha de Jaime Valim Mansan sobre um livro que trata da política educacional na Espanha franquista também faz parte deste dossiê.

Ainda que nem todas as formas de pensar e de agir abordadas nos oito artigos apresentem características idênticas, pode-se nominar ao menos algumas tendências. A preocupação com o destino da “nação” é uma delas – mesmo que a definição daquilo que ela é ou deveria ser possa variar de caso a caso. Os destinos que o mundo vinha tomando desde o início da Era Moderna foram outra característica comum, com destaque para preocupações com as tendências revolucionárias verificadas desde o final do século XVIII. A ideia de que a Igreja Católica ou as forças armadas seriam as instituições a que se deveria recorrer para tentar estancar o avanço da revolução destruidora também foi recorrente. Ainda que se trate, claramente, de um pensamento e de uma ação políticos, nem partidos nem a estrutura estatal como tais constituíram a arena privilegiada dos atores, pois entendiam que deveriam mudar a sociedade como um todo – mesmo que não possa haver dúvida de que o fortalecimento do Estado fosse visto como um objetivo fundamental. A virulência verbal – que podia converter-se em violência física – é outro elemento que perpassa o referido espectro de “pensamento”.

Por tudo isso, talvez não seja de todo adequado classificar as formas de pensar e de agir apresentadas no presente dossiê como “conservadoras”. É possível que elas fossem, antes, “reacionárias”. Claro, também este conceito não resolve tudo, pois nem todo nacionalista é “reacionário”, da mesma forma que nem todo anticomunista, todo católico fervoroso o são. Pior, a tendência a defender o fortalecimento do Estado perpassa o espectro de “direita”/“esquerda”, a ponto de ser notório que nos anos 1950 ideólogos que se apresentavam como de “esquerda” terem louvado o

pensamento estatizante de “direita” dos anos 1930 – em termos de Brasil, estou pensando, por exemplo, nas louvações de Alberto Guerreiro Ramos ao pensamento de Azevedo Amaral.



Considerando que a tese de doutorado de Hélijo Trindade sobre o integralismo brasileiro está completando 45 anos, o desafiamos a conceder-nos uma entrevista a respeito. Agradeço de coração ao meu orientador de mestrado – e, portanto, ao meu iniciador na carreira de pesquisador de temas afins a este dossiê – por ter atendido ao desafio. A entrevista, obviamente, é parte importante do dossiê. Muito obrigado, Hélijo.

René E. Gertz\*  
Organizador

---

\* Organizador. Professor Titular do PPG-História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professor-associado (aposentado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin. Tem experiência na área de História do Brasil-República, com interesse especial por aspectos políticos do processo de imigração e colonização no sul do Brasil, por integralismo, por nazismo, por germanismo, por neonazismo, por protestantismo, por preconceitos étnicos e religiosos, pela política gaúcha do período em torno do Estado Novo (1937-1945). Além disso, tem dedicado atenção à historiografia alemã contemporânea, tentando divulgá-la no Brasil, principalmente, através de traduções. Autor de vários artigos científicos, publicou os livros *O neonazismo no Rio Grande do Sul* (EdiPUCRS/ AGE, 2012), *O perigo alemão* (Editora da UFRGS, 1998) e *O fascismo no sul do Brasil* (Mercado Aberto, 1987). <gertz@pucrs.br>. Organizer. Full professor of the Graduate Program in History at Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) and associate professor (retired) at Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). PhD in Political Science from the Freie Universität Berlin (FU-Berlin). He has experience in researching the History of Republican Brazil, particularly the political aspects of immigration and colonization processes in southern Brazil. He is also interested in the History of Integralism, Nazism, Germanism, Neo-Nazism, Protestantism, and the regional politics in Rio Grande do Sul during Vargas' New State (1937-1945). Moreover, he has devoted attention to contemporary German historiography, translating many papers from German into Portuguese. Author of several scientific papers, René Gertz has published the following books: *O Neonazismo no Rio Grande do Sul* (EdiPUCRS/AGE, 2012), *O Perigo Alemão* (Editora da UFRGS, 1998) and *Fascismo no Sul do Brasil* (Mercado Aberto, 1987). <gertz@pucrs.br>.